

Caixa também amplia margem do empréstimo consignado

Novo limite, de até 35%, passa a valer até o final do ano tanto para contratos novos como renovações

A Caixa ampliou a margem consignável do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para até 35% dos rendimentos. Antes, o limite máximo de comprometimento era de 30%. Os valores das prestações são iguais durante todo o contrato e descontados diretamente do salário ou benefício, sem a necessidade de emitir boletos ou comparecer em agências do banco para efetuar pagamentos.

Medida Provisória 1.006/2020 - A nova margem consignável, possibilitada pela publicação da Medida Provisória 1006/2020 fica disponível para empréstimos contratados até dezembro, quando encerra o período de calamidade pública em função da pandemia do coronavírus (covid-19).

Além de ampliar o percentual de comprometimento de renda destinado a empréstimos, a medida destina um percentual de até 5% do total do valor do benefício para saques ou pagamento da fatura do cartão de crédito, totalizando 40%.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ampliação do limite de comprometimento foi anunciada na última sexta-feira, antes do feriadão de 12 de outubro

Para contratos novos, renovações ou portabilidade de outros bancos, é possível utilizar um prazo de carência de até 90 dias para começar a pagar as prestações. O prazo do contrato original também

pode ser aumentado na renovação, seja para diminuir o valor das parcelas mensais ou para aumentar o valor do crédito a receber.

Portabilidade do emprésti-

mo - Aposentados e pensionistas que possuem o empréstimo consignado contratado em outro banco podem solicitar a portabilidade da operação de crédito. Após a transferência do emprésti-

Aposentados e pensionistas com contratos em outro banco poderão solicitar a portabilidade

mo, o saldo devedor é quitado junto ao banco original e passa a vigorar na Caixa. O cliente recebe o crédito do valor restante da operação.

O valor máximo de empréstimo vai depender do valor do benefício recebido pelo aposentado ou pensionista.

Clientes podem solicitar uma simulação personalizada e conferir qual o valor do troco a receber caso opte pela portabilidade do crédito para a Caixa.

INSS - A margem de crédito consignado para os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou para 40% do valor da aposentadoria ou pensão. De acordo com a Medida Provisória 1.006, publicada no Diário Oficial da União de 2 de outubro,

5% desta ampliação devem ser destinados para saque ou pagamento da fatura do cartão de crédito.

O novo limite vale para empréstimos concedidos até o dia 31 de dezembro deste ano, durante a vigência do decreto de emergência pública devido à pandemia da Covid-19. Atualmente, os segurados do INSS podem comprometer com consignados até 30% do valor do benefício e mais 5% com cartão de crédito, totalizando 35%.

A MP tornou lei a decisão do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) que recomendou à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, por meio da Resolução nº 1.341, o envio de proposta legislativa para ampliar a margem de crédito consignado dos atuais 35% para 40%, sendo 35% para o empréstimo consignado e 5% para o cartão de crédito.

Dentre as opções existentes no mercado, o crédito consignado apresenta as menores taxas de juros, tendo em vista a sua baixa probabilidade de inadimplência.■

Aumenta a expectativa de inflação

Mercado eleva projeções também para o valor do dólar. Para os idosos, gastos subiram 1,93% no terceiro trimestre

O mercado elevou a expectativa para a inflação em 2020 a nível próximo ao patamar mínimo do intervalo da meta do Banco Central (BC) e aumentou também a projeção para a inflação do ano que vem, mostrou o relatório Focus divulgado nesta segunda-feira (13).

A mediana das projeções colhidas pelo BC junto a cerca de 100 instituições aponta agora para um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2,47% este ano e de 3,02% em 2021. Na semana passada, as estimativas eram de 2,12% e 3,00%, respectivamente. A meta central para os dois períodos é de 4% e 3,75%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto para

mais ou para menos.

Os novos ajustes das projeções ocorrem depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter mostrado, na semana passada, que o IPCA teve em setembro a maior alta para o mês em 17 anos, impulsionado pelo aumento dos alimentos. O BC já havia dito que esperava esse aumento e avaliou que ele não contaminaria a inflação do próximo ano.

Os economistas também elevaram a projeção para a taxa de câmbio no final deste ano para 5,30 reais por dólar, sobre 5,25 reais na semana anterior. Para 2021, a aposta agora é que o dólar chegue ao final do ano valendo 5,10 reais, acima dos 5,00 reais

previstos há uma semana.

Terceira idade - O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), que mede a variação da cesta de consumo de pessoas com mais de 60 anos de idade, registrou inflação de 1,93% no terceiro trimestre do ano. No segundo trimestre, o indicador havia registrado deflação (queda de preços) de 0,03%.

Com o resultado do terceiro trimestre, o IPC-3i acumula taxa de inflação de 4% em 12 meses, acima da registrada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR), que mede a variação da cesta de compras para todas as faixas etárias e que acumula taxa de 3,62% em 12 meses.



Marcelo Feitosa

Taxa de inflação para a terceira idade chega a 4% nos últimos 12 meses

No terceiro trimestre deste ano, os destaques ficaram com os transportes, que registraram inflação de 2,89% no período. O item que mais influenciou esse resultado foi a gasolina, com alta de preços de 8,64%. No segundo trimestre, o grupo de despesas havia tido deflação de 2,93%.

Também tiveram contribuições importantes a habitação (1,72%), os alimentos (2,74%), educação, leitura e recreação (4,65%) e despesas diversas (0,86%).

Por outro lado, vestuário teve deflação de 0,73%. Os demais grupos de despesas tiveram as seguintes taxas de inflação: saúde e cuidados pessoais (0,44%) e comunicação (0,92%).■

Salles endossa tese do boi 'bombeiro'

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, endossou, ontem (13), o argumento de que a criação de gado no Pantanal é uma forma eficaz de diminuir as queimadas no bioma. A exemplo de outras pessoas que defendem a expansão da pecuária na maior planície alagadiça do mundo, rica em recursos vegetais e animais, Salles afirmou que, ao se alimentarem, os animais ajudam a reduzir o estoque de matéria orgânica disponível no solo, eliminando parte do material capaz de alimentar eventuais focos de incêndio durante a época da seca.

"Ouvimos de várias fontes diferentes a necessidade de termos um reconhecimento do papel da criação de gado no Pantanal, uma vez que ele também contribui para diminuir o que há de matéria orgânica [combustível]", disse Salles ao participar, esta manhã, de audiência pública virtual realizada pela comissão

José Cruz/Agência Brasil



Ministro Ricardo Salles falou ao Senado

temporária externa do Senado para acompanhar as ações de combate ao fogo na região.

Os incêndios destruíram quase 4 milhões de hectares de vegetação pantaneira em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Cada hectare corresponde, aproximadamente, às medidas de um campo de futebol oficial.■

Acordo Mercosul-UE é defendido por Tereza Cristina em Lisboa

Ministra da Agricultura diz que não há ameaça à preservação ambiental

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu, durante seminário em Lisboa, a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia, tratado de livre comércio entre os dois blocos. Para ela, o acordo não representa ameaça à preservação ambiental.

"É preciso dizer que o acordo não representa qualquer ameaça ao meio ambiente, à saúde humana e aos direitos sociais. Ao contrário, reforça compromissos multilaterais e agrega as melhores práticas na matéria", disse.

Tereza Cristina afirmou ainda que apesar de a produção de grãos ter crescido 425% desde a década de 70, a área plantada aumentou somente 43% - apenas 30% de seu território para a agropecuária, mantendo mais de 60% com vegetação nativa.

"Estima-se que cerca de 25% da área preservada se

encontrem em propriedades privadas, algo sem paralelo em outros países do mundo, pois se trata de terreno que o proprietário não recebe para preservar. É apenas uma obrigação legal", acrescentou.

A implementação do Acordo Mercosul-União Europeia foi defendida também pela ministra da Agricultura de Portugal, Maria do Céu Antunes, que também participou do encontro. Aprovado em junho do ano passado, o acordo precisa ser ratificado pela maioria do Parlamento Europeu e, em seguida, pelos parlamentos nacionais europeus e pelos parlamentos do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

"Continuamos empenhados para que rapidamente este acordo possa ser posto em prática", afirmou Maria do Céu ao participar do Seminário Portugal-Brasil: Oportunidades de Negócio

no Setor Agroalimentar.

Segundo Maria do Céu Antunes, além de melhorar os negócios entre os países do bloco, com maior previsibilidade e transparência de regras, o acordo vai permitir o desenvolvimento sustentável.

"Permitirá ainda, e para nós isso é muito importante, um compromisso de todas as partes com os objetivos de desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e da biodiversidade e o respeito pelos direitos laborais e sociais", disse a ministra portuguesa.

A União Europeia é o segundo parceiro comercial mais importante do Mercosul, atrás apenas da China. Entretanto, a ratificação do acordo tem sofrido resistência por integrantes do bloco Parlamento Europeu, que criticam a atuação do governo em relação à política ambiental.■

SP exporta menos

As exportações do estado de São Paulo registraram queda de 12,1% nos primeiros nove meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2019. Segundo balanço divulgado ontem (13) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as vendas para o exterior no estado totalizaram US\$ 33,9 bilhões de janeiro a setembro deste ano.

As importações paulistas tiveram uma retração de 15,9% no período, totalizando, segundo o balanço da Fiesp, US\$ 37,8 bilhões. O resultado reflete, de acordo com a análise da entidade, a diminuição da atividade econômica e a queda no consumo de produtos importados.

Apesar da queda nas exportações, algumas regiões tiveram aumento das vendas para fora do país.■